

## 4ª REGIÃO

## PORTARIA Nº 259, DE 27 DE JANEIRO DE 2009

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL constante do anexo desta Portaria

JOÃO GHISLENI FILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2008 a DEZEMBRO/2008

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	765.933	106	766.039
Pessoal Ativo	522.969	90	523.059
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	10.604		10.604
Demais Despesas com Pessoal Ativo	512.365	90	512.455
Pessoal Inativo e Pensionistas	242.964	16	242.980
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	263.293	9	263.302
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	10.671		10.671
Despesas de Exercícios Anteriores	11.948		11.948
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	240.674	9	240.683
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)</b>	<b>502.640</b>	<b>97</b>	<b>502.737</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>428.563.288</b>
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III/IV) x 100]	0,117285%	0,000023%	0,117308%
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,239136%</b>			<b>1.024.849</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,227179%</b>			<b>973.607</b>

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")  
FONTE: SIAFI e SOF/SECOF/TRT 4ª Região

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- No total do item "Sentenças Judiciais com Precatório", estão computados R\$ 3.375 mil referentes a Precatórios da Administração Direta e R\$ 7.229 mil referentes a Sentenças de Pequeno Valor (SPV), cuja dotação pertence ao orçamento deste Órgão.
- Em atendimento à determinação contida no Acórdão 346/2006 TCU - Plenário e Manual do RGF - 7ª Edição, no total das despesas de Sentenças Judiciais com Precatório, não foram somados R\$ 4.100 mil de Precatórios da Administração Indireta, cuja dotação não pertence ao orçamento deste Órgão.
- No período abrangido por este relatório, não houve despesas inscritas em Restos a Pagar classificadas nos elementos 08, 91 e 92 relativas a inativos e pensionistas.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANO DE 2008			
LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V			R\$ Milhares
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
<b>ATIVO DISPONÍVEL</b>	18.296	<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>	70
Disponibilidade Financeira	18.296	Depósitos	70
Caixa	0	Restos a Pagar Processados	0
Bancos	0	Do Exercício	0
Conta Movimento	0	De Exercícios Anteriores	0
Contas Vinculadas	0	Outras Obrigações Financeiras	0
Aplicações Financeiras	0	Débitos Diversos a Pagar	0
Outras Disponibilidades Financeiras	18.296		0
Limites de Saque com Vinc. de pgto.	12.022		
Recursos a Receber para pgto. Restos a Pagar	6.271		
Créditos Tributários a Receber	3		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>18.296</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>70</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)</b>	<b>0</b>	<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)</b>	<b>18.226</b>
<b>TOTAL</b>	<b>18.296</b>	<b>TOTAL</b>	<b>18.296</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)</b>			<b>18.226</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)</b>			<b>0</b>

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
<b>ATIVO DISPONÍVEL</b>	<b>0</b>	<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>0</b>
Regime Previdenciário	0	Regime Previdenciário	0
Bancos	0	Depósitos	0
Conta Movimento	0	Restos a pagar processados	0
Contas Vinculadas	0	Do Exercício	0
Outras disponibilidades financeiras	0	De Exercícios Anteriores	0
		Outras Obrigações Financeiras	0

INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO (VII)</b>			

**SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)**

**DÉFICIT** 0 **SUPERÁVIT** 0

FONTE: SIAFI e SECON/SA/TRT 4ª REGIÃO

Nota: Os Créditos Tributários a Receber referem-se ao INSS a Compensar da Folha de Pagamento da Gratificação de Natal Dez/08. No item III, inscrição em Restos a Pagar não Processados, estão incluídos R\$ 2.908 mil referentes a Restos a Pagar inscritos em 2007 que tiveram sua validade prorrogada pelo Decreto nº 6.708, de 23 de dezembro de 2008.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO/2008					
LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI					R\$ Milhares
ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				Empenhos Cancelados e Não Inscritos por Insuficiência
	Liquidados e Não pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados ( Não Processados)		
	Inscritos		Inscritos		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO	0	0	2.908	15.318	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.908</b>	<b>15.318</b>	<b>0</b>
<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>					<b>18.226</b>

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				Empenhos Cancelados e Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Liquidados e Não pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	Inscritos		Inscritos		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
0100 - Recursos Ordinários	0	0	2.908	14.059	0
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	0	0	0	405	0
0151 - Contr. Social s/o Lucro das Pessoas Jurídicas	0	0	0	4	0
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0	0	0	9	0
0300 - Recursos Ordinários	0	0	0	841	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.908</b>	<b>15.318</b>	<b>0</b>
FONTE: SIAFI e SECON/SA/TRT 4ª REGIÃO					
Nota: Os Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores referem-se a Restos a Pagar inscritos no exercício de 2007 que tiveram sua validade prorrogada conforme Decreto Nº 6.708, de 23 de dezembro de 2008.					

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DOS LIMITES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO/2008			
LRF, art. 54 - Anexo VII			R\$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	502.737	0,117308%	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,239136%	1.024.849	0,239136%	
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 0,227179%	973.607	0,227179%	
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>Inscrição em Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados</b>	
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	18.226	18.226	

FONTE: SIAFI E SECON/SECOF/TRT4ª REGIÃO

Nota: No total dos Restos a Pagar estão incluídos R\$ 2.908 mil referentes a Restos a Pagar inscritos no exercício de 2007 que tiveram a validade prorrogada pelo Decreto nº 6.708, de 23 de dezembro de 2008.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

JOÃO GHISLENI FILHO  
PRESIDENTE  
SUSANA TERESINHA MILESKI  
ORDENADORA DE DESPESAS  
FERNANDO SODRÉ  
DIRETOR DO SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
TANIA MARA DE ARAUJO BORGES  
DIRETORA DA SECRETARIA DE AUDITORIA - (CONTROLE INTERNO)